

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA****REQUERIMENTO Nº DE 2021  
(Do Sr. Deputado Jorge Solla)**

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para debater sobre a situação de saúde do Povo Yanomami.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento nos arts. 117, VIII e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o plenário desta Comissão, que seja aprovada e realizada reunião de audiência pública para debater sobre a situação de saúde do Povo Yanomami.

Para a referida audiência pública proponho sejam ouvidas as seguintes entidades:

- Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde;
- Robson Santos da Silva, Secretaria Nacional de Saúde Indígena (SESAI);
- Distrito Sanitário Especial Indígena de Roraima (DSEI);
- Júnior Hekurari Yanomami, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana (CONDISI YY)
- Paulo Cesar Basta, pesquisador da Fiocruz.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Povo Yanomami vive uma tragédia sem precedentes. Simultaneamente enfrenta crise sanitária, ambiental e humanitária, com a violação sistemática de todos os direitos. Se há décadas os Yanomamis vivem

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Jorge Solla

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD217753567200>



uma situação de fragilidade e risco de sua sobrevivência enquanto povo, nos últimos três anos, com o desmonte das estruturas do Estado encarregadas de seu cuidado, estão à beira do genocídio. O ocupante da cadeira de Presidente da República não faz segredo de sua aversão aos povos indígenas, o que parece ter estimulado milhares de madeireiros, garimpeiros, grileiros a invadirem as terras indígenas em todo o país. O desmatamento no território Yanomami aumentou 140%, nos últimos anos, com a omissão das autoridades que deveriam fiscalizar e impedir esses crimes.

Para se ter uma ideia dessa situação, são atualmente 30 mil Yanomamis vivendo em cerca de 300 aldeias espalhadas pela reserva e 20 mil garimpeiros, que se instalam até na vizinhança do postinho de saúde. São cerca de 60 a 80 voos diários, trazendo e levando garimpeiros livremente. Esses aviões que transportam os garimpeiros utilizam a mesma pista de pouso dos aviões da SESAI/DSEI, sob a vista das autoridades. Espantoso!

A atividade danosa e ilegal dos garimpos em Terra Indígena, deixa um rastro de destruição, um cenário de “pequenas brumadinhos”, com mar de lama, buracos enormes, vegetação arrasada e rios contaminados. Todos nos chocamos com a notícia de que 2 crianças Yanomamis morreram sugadas por máquinas de garimpo, no dia 12 de outubro, Dia das Crianças!

A invasão de seu território impacta diretamente na saúde e até mesmo na sobrevivência do Povo Yanomami: acabou a caça e a pesca e a água está contaminada pelo mercúrio utilizado na atividade garimpeira. E há um surto de malária, consequência direta do desmatamento e garimpo.

Só em 2021 foram 16 mil casos de malária (em uma população de 30 mil pessoas). O Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami (CONDISI-Y) denuncia que 120 crianças Yanomamis morreram neste ano, de desnutrição e malária, na grande maioria. Oito em cada 10 crianças Yanomamis tem desnutrição crônica que a DSEI mitiga com a distribuição de sachês de suplemento nutricional.

Mesmo diante desse quadro gravíssimo, a FUNAI proibiu o acesso de uma equipe multidisciplinar de saúde da Fiocruz, formada por 8 médicos com diferentes especialidades, à área indígena alegando restrições impostas pela



pandemia de Covid-19. Mas não impede a entrada de garimpeiros e outros predadores.

Essa situação de desassistência e negligência à saúde dos Yanomamis também sensibilizou parlamentares da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, que aprovaram uma audiência com o Ministro da Saúde e com o secretário da SESAI para tratar do tema, motivo pelo qual solicito audiência conjunta com aquela Comissão.

*“O Exército distribuiu em 2020 mais de 11 vezes a quantidade de comprimidos de cloroquina para tratamento da Covid, mesmo sem comprovação científica. As informações oficiais do Exército demonstram como o Laboratório do Exército foi demandado pelo governo federal para a produção do medicamento para o tratamento da Covid-19. O Exército informou ainda que a distribuição e produção foi determinada pelo Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. A cloroquina que é produzida para tratamento da malária, está em falta nas comunidades indígenas. Mas não vimos orientação do Ministério da Saúde para que aumente a distribuição do medicamento para tratar a doença. Ao contrário disso o que vimos na reportagem foi o sofrimento da população Yanomani, com a falta de medicamentos e com o aumento das mortes.” (REQ 270/2021, CFFC, grifo nosso).*

O debate nestas Comissões, além de trazer mais informações, pode apontar algumas saídas para enfrentar a dramática situação de saúde dos Yanomamis e portanto peço apoio dos nobres pares para sua realização.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2021.

Deputado JORGE SOLLA

